



ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA

N. 08/2021

A Câmara Municipal de Graccho Cardoso / SE, vem através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria N.º 15/2021, de 04 de outubro de 2021, vem Justificar o caráter de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 08/2021**, para possível contratação da empresa objetivando a Prestação de Serviços, compreendendo: serviço especializado em assessoramento e alimentação do Portal da Transparência Pública, com acompanhamento das demandas do E-SIC, SIC, ouvidoria e protocolos, como também assessoria no fechamento almoxarifado desta Câmara Municipal de Graccho Cardoso / SE, conforme descrito no Termo de Referência e Minuta do Contrato em anexo, entre esta Câmara Municipal de Graccho Cardoso / SE, com a Empresa **FACILITA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA - ME**, sendo seu representante habilitado, e com experiência na execução dos serviços há vários anos, em conformidade com o art. 24, Inciso II da Lei Federal N.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei N.º 8.883, de 08 de junho de 1993 e suas alterações, e Resoluções do TCE, e de acordo com os motivos adiante expostos:

Considerando que a Câmara Municipal de Graccho Cardoso / SE, necessita de contratar um profissional para prestação de serviços de apoio e alimentação do portal da transparência nesta área específica;

Considerando, que a atividade exige que tenha, conhecimento, experiência, responsabilidade, zelo e dedicação;

Considerando, que o princípio básico que referenda um procedimento de licitação é a necessidade de adquirir bens ou serviços que viabilizem o atendimento das necessidades básicas da Câmara Municipal. Assim sendo, o procedimento de licitação nada mais é do que um procedimento de compra ou contratação efetuado com recursos públicos e que deve seguir a procedimentos adotados pela Lei nº 8.666/93;

Considerando, que a contratação direta não pressupõe a inobservância dos princípios administrativos, nem, tampouco, caracteriza uma livre atuação da administração. Quando em verdade há um procedimento administrativo de Dispensa de Licitação que antecede a contratação, possibilitando também tratamento igualitário a todos quando da realização da pesquisa de preço no mercado através de orçamentos, conforme fora realizado previamente pela Câmara Municipal de Graccho Cardoso / SE.

Considerando, que a Câmara não possui um profissional nesta área, nomeado de forma comissionada ou efetiva para prestação dos serviços necessários;

Considerando, que o contratado possui experiência e bom zelo, onde passa e passou desempenhado seus trabalhos, de forma que não existem reclamações.

I – PREÇO

Sabe-se que a Câmara Municipal de Graccho Cardoso / SE, por força da Constituição Federal, se sujeita ao Estatuto das Licitações e Contratos, máxime quando se utiliza de recursos provenientes da Fazenda Pública.



ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

Conforme se pode verificar nos documentos apresentados, encontra-se compatível com os preços praticados no mercado, e seus serviços são executados obedecendo as normas da lei, possuindo requisitos essenciais para sua contratação.

Tendo em vista as exigências contidas nos dispositivos legais acima enumerados, procuramos JUSTIFICAR porque a Câmara Municipal, pretende firmar contrato com a Empresa a **FACILITA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA - ME**, no valor global de R\$ 13.080,00 (treze mil e oitenta reais).

O valor contratual apresentado é o atualmente vigente no mercado, no que diz respeito à licença para o uso desta Casa Legislativa. Entendemos justificadas as exigências expressas nos dispositivos acima enumerados.

A dispensa de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável ou, em sendo viável, compete ao caráter discricionário do administrador realiza-la ou não, tendo em vista o interesse público e visando o bem comum. Ou seja, a licitação inexigível poder vir a ser uma obrigação, a depender das circunstâncias do caso concreto e da altivez dos bens jurídicos a serem protegidos.

II – RAZÃO DA ESCOLHA

Trata-se de um profissional na área, que exerce suas atividades há bastante tempo trabalhando no ramo em vários municípios demonstrando em tudo que faz com experiência e responsabilidade, e também uma pessoa capaz desempenhando em diversas áreas no serviço ora contratado, tornando-se desta forma a melhor opção para esta Câmara Legislativa.

A escolha da a **FACILITA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA - ME**, não foi contingencial. Pretende-se ao fato de que ela enquadra-se nos dispositivos enumerados da Lei de Licitações e Contratos, consoante o já exaustivamente demonstrado nesta justificativa, como conditio sine qua non a contratação direta. E não somente por isso; é empresa detentora de profissionais experientes, capacitados e gabaritados para o serviço pretendido que é de interesse público e visando a realização do bem comum, com ampla experiência nessa área, possuindo íntima relação com o objeto que aqui se contratado, sendo, desta forma, indiscutivelmente, a mais indicada. Cabe, ainda, reiterar que o serviço aqui a ser contratado encontra acolhida na Legislação de Licitações e Contratos, em seu artigo 13, inciso VI.

III - ASPECTO LEGAL

A proposição em apreço encontra respaldo preceituado, no art. 24 inciso II do vigente estatuto das licitações, que assim dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - -----

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).



ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

Já o suso-aludido artigo 13, em seu inciso VI, com redação introduzida pela Lei nº 8.883/94, esclarece-nos:

“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”

Com base na Lei 8.666/93, em seu artigo 24, inciso II, sugere que a adjudicação seja feita com a Empresa FACILITA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA - ME, por dispensa de Licitação, e estando com os preços praticados no mercado e vantajoso para o Erário, estando pois, atendida a exigência do art. 26, parágrafo único - III, da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, e Resoluções do TCE.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação pela celebração do contrato, entendendo ser dispensável de licitação, estando caracterizada a situação que se estabelece no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e nos termos do art. 26 do mesmo Diploma Legal. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como conditio sine qua non para eficácia deste ato.

Câmara Municipal de Graccho Cardoso, 29 de dezembro de 2021.

LARA GABRIELA DOS SANTOS ALVES
Presidente da Comissão de Licitação - CPL

CARLA LETÍCIA SANTOS BOMFIM
Membro

TAMIRES ALVES DOS SANTOS
Membro

Ratifico os termos da Justificativa e autorizo a contratação de Prestação de Serviços.

Encaminhe-se ao Assessor Jurídico para análise, e se possível emissão de Parecer.

Graccho Cardoso / SE,

29 / 12 / 2021.

PEDRO GOMES DOS SANTOS NETO
Presidente da Câmara



ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

PARECER JURÍDICO N. 14/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 08/2021.

Objeto: Serviço especializado em assessoramento e alimentação do Portal da Transparência Pública e almoxarifado desta Câmara Municipal de Graccho Cardoso/SE.

Base Legal: Art. 24, II, da Lei n.º 8.666/93, e suas posteriores alterações.

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Graccho Cardoso / SE, em atenção ao que dispõe a lei 8.666/93 e posteriores alterações, encaminhou a essa Procuradoria Jurídica, o processo de Dispensa de Licitação, para exame e/ou aprovação que tem por finalidade a alimentação do Portal da Transparência desta Câmara Municipal de Graccho Cardoso / SE.

Inicialmente convém ressaltar que a análise pretende-se aos aspectos eminentemente jurídicos, visto ser este o tema sobre o qual o subscritor detém competência para opinar.

Desta forma, diz-se que todos os aspectos técnicos relativos a escola para a prestação do serviço são competência exclusiva da municipalidade, através de profissional habilitado.

O procedimento iniciou-se com a abertura do processo administrativo, conforme estabelece e art. 38, caput, da Lei n.º 8.666/93.

Versam os autos sobre Contratação de empresa especializada em implantação, manutenção, treinamento e suporte técnico ao licenciamento no art. 24, inciso II, do Estatuto Federal de Licitações.

A Minuta do Contrato atende os requisitos do art. 40, da Lei n.º 8.666/93 e foi afixado no mural desta Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no art. 22, § 2º, do mesmo diploma legal.

Consta nos autos, o ato de designação dos membros da comissão de Licitação, em conformidade com o art. 51, § 4º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo exposto, e em atendimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações ainda, por tudo mais que do processo administrativo consta, opinamos pela contratação da Empresa **FACILITA ACESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA - ME**, a partir de 03 janeiro de 2022 e término previsto para 31 de dezembro de 2022, pôr cotar o menor preço em R\$ 13.080,00 (treze mil e oitenta reais), tendo em vista, a observância por parte da administração a todos os princípios norteadores da licitação pública.



ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

Em casos excepcionais, a Lei de contrato e licitações prevê a possibilidade da não realização de processo licitatório, sendo os mesmos enumerados pelos art. 24 e 25 (dispensa e inexigibilidade de licitação). Vejamos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

I - -----

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

Já o suso-aludido artigo 13, em seu inciso VI, com redação introduzida pela Lei nº 8.883/94, esclarece-nos:

"Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:
(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"

Todas as peças do processo, encontram-se assinadas e/ou rubricadas pelos Membros de Comissão de Licitação, bem como pelo Presidente da Câmara e Contratado, em obediência ao art. 43, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.

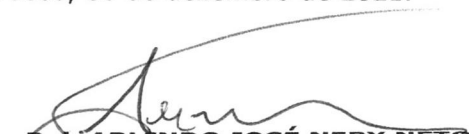
A proposta encontra-se com o preço compatível com o praticado no âmbito da administração pública (art. 15, V, da Lei n.º 8.666/93), tendo sido feito registro em Parecer da Comissão de Licitação.

A referida proposta encontra fundamentada de justificativa de sua Contratação nos termos do art. 24, II, c/c o inciso III do art. 13 da Lei N. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e Resoluções do TCE em face da especialização do proponente na área dos serviços a serem contratados.

Prima Facie, cabe ressaltar por oportuno, ser procedente a contratação sub-exame, dada a singularidade dos serviços, demonstrada através da vasta documentação colecionada.

É o nosso parecer, smj

Graccho Cardoso, 30 de dezembro de 2021.


Bel. ARLINDO JOSÉ NERY NETO
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SE 4.511



ESTADO DE SERGIPE

CÂMARA MUNICIPAL DE GRACCHO CARDOSO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

E HOMOLOGAÇÃO

O Processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 08/2021, que consiste na contratação de uma empresa especializada na Prestação do serviços especializado em assessoramento e alimentação do Portal da Transparência Pública, com acompanhamento das demandas do E-SIC, SIC, ouvidoria e protocolos, como também assessoria no fechamento almoxarifado desta Câmara Municipal de Graccho Cardoso/SE, foi em toda a sua tramitação atendida pela legislação pertinente.

Desse modo, satisfazendo a lei e ao mérito, ADJUDICO E HOMOLOGO, em nome da Empresa: FACILITA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA - ME, onde a mesma cotou o preço praticado no mercado, perfazendo o valor global em R\$ 13.080,00 (treze mil e oitenta reais), nos termos da Justificativa subscrita pela Comissão de Licitação.

Câmara Municipal de Graccho Cardoso, 30 de dezembro de 2021.

LARA GABRIELA DOS SANTOS ALVES
Presidente da Comissão de Licitação - CPL